



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
COMARCA DE RORAINÓPOLIS
VARA CÍVEL ÚNICA DE RORAINÓPOLIS - 1º TITULAR - PROJUDI
Pedro Daniel da Silva, 0 - Fórum Des. José Lourenço - Centro -
RORAINOPOLIS/RR - CEP: 69.373-000 - Fone: (95)31984178 - E-mail:
rlis@tjrr.jus.br

Proc. n.º 0801419-98.2019.8.23.0047

SENTENÇA

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório ajuizada por **EDVALDO DE JESUS COSTA** contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, por meio da qual requereu a condenação da requerida ao pagamento de indenização complementar em razão de lesões ocasionadas por acidente de trânsito.

Relatou o autor que, no dia 20.05.2019, foi vítima de acidente de trânsito, resultando nele uma invalidez permanente, consistente em “Fratura de membro inferior”, no entanto, a requerida negou-lhe o pagamento de indenização. Juntou documentos (mov. 1.2).

Decisão, recebendo a petição inicial e nomeando, desde logo, médico para produção da prova pericial (mov. 6.1).

Citada (mov. 11), a requerida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** apresentou contestação (mov. 23.1), por meio da qual aduziu que o autor não foi acometido por sequela permanentes, conforme avaliação realizada no procedimento administrativo, em razão do que entende não existir valor a ser indenizado. Ainda, sustentou que é necessária a perícia do IML para a resolução da lide. Juntou documentos (mov. 23.2/23.4).

Réplica da autora (mov. 38.1), impugnando as teses defendidas pela ré, e acrescentando o pedido de indenização por danos morais.

Apresentação do laudo médico pelo perito (mov. 40.2).

Instadas a se manifestar acerca do laudo, a parte ré aduziu que não há nexo causal entre o acidente e a lesão acometida pelo autor (mov. 47.1), e a parte autora manifestou concordância com a prova pericial (mov. 48.1).

É o relatório. Decido.

Da fundamentação

A controvérsia presente cinge-se a verificar se o autor está acometido por invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito e, em caso positivo, qual o valor a ser indenizado.

Julgo a lide no estado em que se encontra, haja vista a desnecessidade de dilação probatória, nos termos do art. 355 do Código de Processo Civil.

Mérito:

Trata-se de ação de cobrança do seguro DPVAT.

Inicialmente, registro a constitucionalidade da Lei nº 11.945/09, reconhecida no julgamento do STF das ADIs 4350 e 4627.

Alegou a ré que a parte autora deixou de acostar aos autos o laudo do IML. No entanto, é pacífico o entendimento do Egrégio Tribunal do Estado de Roraima, bem como nos demais Tribunais, que a juntada do laudo pericial do IML é prescindível e dispensável, pois não há na Lei nº 6.194 /1974 qualquer disposição a respeito da obrigatoriedade da apresentação desse documento para comprovar a invalidez da vítima de acidente de trânsito:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA CONTESTAÇÃO. REVELIA. LAUDO PERICIAL DO IML. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE PERÍCIA JUDICIAL. DISPENSABILIDADE. INDICAÇÃO DA LESÃO NA INICIAL. CORROBORADA POR LAUDO MÉDICO PARTICULAR E PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE DE ENQUADRAMENTO DA LESÃO, PELO JUIZ, NO PERCENTUAL PREVISTO NA TABELA ANEXA A LEI Nº. 6.194/74. REFORMA DA SENTENÇA SOMENTE PARA ADEQUAR O VALOR DA CONDENAÇÃO, DESCONTADO O VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO

1.O Juízo ao condenar o apelante, não realizou o enquadramento da lesão na tabela anexa a Lei nº. 6.194/74;

2. Havendo indicação de lesão e de laudo particular, deve ser feita a graduação do dano de acordo com a tabela;

3. Recurso conhecido e parcialmente provido;

4. Alteração da sentença, apenas para esclarecer o valor a ser pago pela apelante, abatido o montante pago administrativamente. (TJRR – AC 0010.14.829810-1, Rel. Des. JEFFERSON FERNANDES DA SILVA, Câmara Cível, julg.: 13/10/2016, DJe 28/10/2016, p. 24)

PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. DOCUMENTO DISPENSÁVEL. INÉPCIA NÃO CONFIGURADA. EXTINÇÃO PREMATURA. SENTENÇA CASSADA. 1. O laudo de exame de corpo e de delito expedido pelo Instituto Médico Legal não é documento indispensável à propositura da ação de cobrança da indenização do seguro DPVAT, pois não há na Lei nº 6.194/1974 qualquer disposição a respeito da obrigatoriedade da apresentação desse documento para comprovar a invalidez da vítima de acidente de trânsito. 2. Apelação conhecida e provida. Sentença cassada. Unânime. (TJ-DF 20151210062386 0006127-24.2015.8.07.0012, Relator: FÁTIMA RAFAEL, Data de Julgamento: 07/12/2016, 3ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 19/12/2016. Pág.: 626/631)

Em razão disso, reputo desnecessária a existência de laudo do IML para o deslinde do mérito.

É possível vislumbrar o nexo causal entre as lesões acometidas pelo autor e o acidente automobilístico.

Conforme Relatório de Ocorrência Policial juntado no mov. 1.2, o acidente ocorreu no dia 20.05.2019, por volta das 12h10min. A Ficha de Atendimento (mov. 1.2) indica que o autor deu entrada no hospital no mesmo dia do acidente, qual seja, 20.05.2016, indicando que este sofreu “*escoriação em MIE – membro inferior esquerdo*”. Dessa feita, a associação de ambos os documentos (Ficha de Atendimento e Boletim de Ocorrência) demonstra o nexo causal entre a lesão acometida pelo autor e o acidente automobilístico.

Superada tal questão, verifico que o laudo pericial apresentado por perito nomeado por este juízo é suficiente para o deslinde do mérito, não havendo necessidade maior de dilação probatória.

A matéria já restou pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça, por meio da Súmula nº 474, *verbis*:

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez”.

O art. 3º da Lei nº 6.194/74 dispõe as hipóteses e os valores correspondentes de indenização, conforme os danos pessoais acometidos pela vítima:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;** e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

No caso em tela, a parte autora afirmou possuir invalidez permanente, razão pela qual faz jus à indenização no valor máximo.

Confirmada a invalidez permanente total ou parcial completa ou incompleta, incumbe proceder a graduação de acordo com os percentuais de perda previstos na aludida tabela e com o laudo do perito judicial.

O art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com as suas posteriores alterações, dispõe que, **em primeiro lugar**, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional procedendo-se, **em seguida**, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais, cujo percentual é aferido pelo médico perito.

Aperícia judicial constante nos autos comprovou a existência de **dano anatômico definitivo parcial in completoda perna esquerda**. O percentual da **perda anatômica completade um dos membros inferiores** corresponde a um percentual de 70% (tabela). No caso dos autos, a perda anatômica da perna esquerda foi parcial incompleta, atingindo o autor com grau de lesão de **25% (vinte e cinco por cento)**, conforme mov. 40.3.

Portanto, considerando o valor máximo da indenização (R\$ 13.500,00), e que o percentual da **perda anatômica completade um dos membros inferiores** corresponde a um percentual de 70% (R\$ 9.450,00), tem-se que, ao autor, é devido o valor de **R\$ 2.362,50**, em virtude da graduação de 25% aferida pela perícia médica realizada.

Em relação ao pedido de condenação do réu à indenização por danos morais, cumpre ressaltar que, para o reconhecimento do pedido, devem estar demonstrados os elementos da responsabilidade civil: conduta ilícita, nexo de causalidade e dano moral indenizável. Na hipótese dos autos, não se verifica a ocorrência de dano moral indenizável. Isso porque o dano moral se dá a partir da violação ilícita de um direito da personalidade (CC, arts. 11 a 21) – direito à vida e à integridade física e psicológica, direito ao nome, direito à honra, direito à imagem e direito à intimidade.

Convém assinalar que o simples descumprimento contratual não é capaz de ensejar o reconhecimento de dano moral. Nesse sentido, colaciono o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

Direito civil e processo civil. Recurso especial. Ação de cobrança de complementação de valor da indenização de seguro obrigatório. DPVAT. Danos morais. Inadimplemento contratual. Inviabilidade do pleito. - **O mero dissabor ocasionado por inadimplemento contratual, ao não pagar a seguradora o valor total previsto em lei, não configura, em regra, ato lesivo a ensejar a reparação de danos morais.** Precedentes. - Deve, contudo, ser condenada a seguradora a complementar o valor da indenização concernente ao seguro obrigatório, nos termos em que dispõe o art. 3º, alínea a, da Lei nº 6.194/74, como estabeleceu o Juízo de origem. Recurso especial conhecido e provido. (STJ -

REsp: 723729 RJ 2005/0021914-2, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 25/09/2006, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 30.10.2006 p. 297). (Grifo nosso).

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos autorais**, extingoo feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, e **condenoa** ré ao pagamento de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, com juros de um por cento a partir da citação (Súmula 426 do STJ) e correção monetária a partir do evento danoso (Súmula 580 do STJ), pelo índice oficial do TJRR.

Condeno orequerente e o requerido ao pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados no patamar mínimo legal de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme §§ 2º e 3º, inc. I, art. 85, do CPC, e, em face da sucumbência recíproca, à razão de 80% (oitenta por cento) de seus valores, para oréu, e à razão de 20% para o autor, vedada a compensação na forma do § 14 do aludido artigo, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento deste, por ser beneficiário da justiça gratuita.

Expeça-se o alvará para operitoreferente aos honorários periciais.

P.R.I.

Rorainópolis/RR, data constante no sistema.

NILDO INÁCIO
Juiz Substituto
(Assinado Digitalmente - Sistema CNJ - PROJUDI)

